## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO: Atendendo às exigências da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da COMPANHIA DE AR-MAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, a Administração da Companhia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2012, emitidas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes da Lei n.º 6.404/76 e as suas alterações poste-

riores.

2. MENSAGEM DA DIRETORIA: A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, CASEMG, é uma empresa de economia mista criada em 1957, pelo governo mineiro, com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento de produtos agrícolas no Estado. Entre as décadas de 1970 e 1980, tornou-se a segunda maior companhia armazenadora do Brasil. Foi federalizada no ano de 2000 e encontra-se vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abasecimento, MAPA.

encontra-se vinctuata ao Ministerio de Agricultura, i retama vibratecimento, MAPA.

Atualmente, a Companhia está operacionalmente organizada por Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN's em 20 municípios, localizados nas principais regiões produtoras de Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste Mineiro e Sul de Minas.

2.1 Análise de Desempenho da Economia e Reflexos sobre a CA-SEMG: A CASEMG, no exercício 2011/2012, enfrentou graves dificuldades financeiras e orçamentárias advindas, primeiro, pela não conclusão do processo de federalização e pelo passivo trabalhista devido pelo Governo de Minas Gerais; em segundo, por causa do quadro de instabilidade econômica global, que persiste desde o ano 2008, com acentuado reflexo para o Brasil, grande exportador de commodities. Por último, devido as práticas administrativas em desacordo com as normas internas da Companhia e, até mesmo, de possíveis ilícitos identificados nas UANs de Paracatu e Bonfinópolis de Minas, com prejui-

Impostos Munic. (Nota 12) . . . . . . .

Ouplicatas a Receber em
Cobrança Judicial (Nota 13) . . . . . . . . .

-) Perdas no Recebimento de

IMOBILIZADO (Nota 15)
(-) Depreciação Acumulada

réditos (Nota 14) ......

zo estimado de 570 toneladas de milho e 2.576 toneladas de soja, com prováveis repercussões para outras unidades da CASEMG. Esses desvios éticos e funcionais de funcionários, ainda que pontuais, trouxedesvios éticos e funcionais de funcionários, ainda que pontuais, trouxeram graves prejuizos à Companhia, que já atravessa periodo conturbado, com perdas significativas de receitas. Para estancar essas irregularidades, a Diretoria Executiva, adotou medidas emergenciais junto ao
Ministério Público Federal (MPF), ao Ministério Público Estadual
(MPE), à Controladoria Geral da União (CGU), à Policia Federal (PF)
e à Policia Civil do Estado de Minas Gerais, bem como determinou a
instauração de sindicância para apurar a situação nas UANs de Paracatu e Bonfinópolis de Minas, e ordenou ao Comitê Gestor Operacional (CGO) levantamento total de cubagem em todas as unidades da
Companhia, para apuração de outras irregularidades com indícios de Companhia, para apuração de outras irregularidades com indícios de perda quantitativa e qualitativa de grãos de milho e soja.

A Diretoria encontrou, ainda, acumulação de problemas não resolvidos em gestões anteriores relacionadas com a alienação do acervo imobiem gestões anteriores relacionadas com a alienação do acervo imobi-liário, como exemplificativamente verificou com a alienação do imó-vel de Três Pontas, que teve anulada judicialmente a licitação, com o desfazimento do negócio com o licitante vencedor, encontrando-se pendente a devolução do valor recebido pela Companhia pela venda do bem, assim como as benfeitorias realizadas pelo adquirente, que alcan-çam, atualmente, com acréscimo de juros legais e correção monetária, o montante de R\$2.053.937. A atual Diretoria, no entanto, vem envi-dando esforços como, adquirente para se fazer um acordo judicial dando esforços com o adquirente para se fazer um acordo judicial, resultante de encontro de contas entre o valor a ser restituído com aquele que a Companhia teria direito de receber a título de utilização e aproveitamento econômico do imóvel pelo adquirente durante o perío do em que está na posse do bem.

Ainda buscando recuperar e sanear a empresa, a Diretoria tem adotado medidas saneadoras dentre elas a redução de custos operacionais, de

1.929.913

507.085

2.071.686

DASSIVO E DATDIMÔNIO I ÍOUIDO

Parcelamento Previdenciário (Nota 20) Parcelamento Não

Lei 11.941/2009 (Nota 17) . . . . . Parcelamento CEMIG (Nota 18)

custos com viagens e com a telefonia fixa/móvel.

custos com viagens e com a teieroma inxa/movei.

Quais as razões que levaram a CASEMG a esse quadro dramático?

Além das situações supracitadas, o cenário financeiro global em 2012

se apresentou desfavorável e preocupante. O Brasil apresentou o segundo pior resultado, desde 2009, quando o País sofreu os efeitos da

crise financeira internacional. O Produto Interno Bruto (PIB) não ultracrise financeira internacional. O Produto Interno Bruto (PIB) não ultra-passou a casa de 1% (um por cento). A situação econômica brasileira somente não sofreu maiores agravos, porque o Governo lançou mão de diversas medidas de incentivo ao consumo, permitindo a manutenção, de forma crescente, do emprego e da renda. A autoridade financeira nacional contribuiu, também, para que a infla-

ção e a economia não experimentassem uma expiral descontrolada. Ao longo de 2012, o Banco Central (BC) reduziu consideravelmente a Taxa Selic, que atingiu a significativa marca de 7,25% a.a. (sete, vinte e cinco por cento ao ano) ao final do período. Dessa forma, o BC sina-lizou com a expectativa de arrefecimento dos preços no segundo

semestre de 2013.

Apesar dos esforços governamentais a CASEMG sentiu forte impacto em suas receitas. As Unidades de Armazenagem e Negócios (UANs) apresentaram reduções significativas nos estoques de grãos, porque, no ano anterior, não foram executadas as manutenções necessárias nas Unidades de Armazenagem e Negócios, capazes de oferecer maior capacidade e segurança de estocagem para atrair novos clientes. Essa situação obrigou a Diretoria a promover ações emergenciais para se evitar maiores perdas e garantir a sustentabilidade operacional e de negócios da Companhia.

evitar matores percas e garantin a suscinarionados experientes negócios da Companhía.

O que se pode lamentar é que, a corroborar as ações do governo para a manutenção da boa atividade econômica, a safra brasileira de grãos no exercício 2012/2013 configurou novo recorde, atingindo a marca de 185 milhões de toneladas, que começam a ser exportadas e armaze-

nadas a partir de março/2013. Este desempenho do agronegócio brasi-leiro seria o cenário ideal para a definitiva recuperação da Companhia. No entanto, a defasagem tecnológica e operacional apresentada pela CASEMG certamente irá contribuir para uma retomada mais lenta na recuperação da saúde financeira da Companhia. A Diretoria não medirá esforços para que novos aportes de capital e de investimentos sejam concretizados ao longo de 2013, além de insistir

investimentos sejam concretizados ao longo de 2013, alem de insistir na implantação do Projeto CASEMG-2060, um Projeto de saneamen-to e revitalização da Instituição, que envolveria as seguintes etapas: Revitalização da CASEMG, investindo na modernização e manu-tenção das UANs, evitando-se o sucateamento e a ocupação indevida; Aumento da Rentabilidade dos Ativos, através de concessões, alie-Aumento da Rentabilidade dos Ativos, atraves de concessoes, ana nações, manutenções e criação de novas unidades; Eficiência Ener-gética; adequações da tarifação, controle do sistema de iluminação e controle do consumo; Otimização de Custos e Despesas, revisando e definindo as metas orçamentárias; Eficiência Comercial, melhoria dos subprocessos de comercialização; e Gestão & Gente, implantando nova estrutura orgânica e funcional na Sede e nas Unidades.

va estutta diginata e funciona ha seue e las Cinductas va va opinião da Diretoria, todas as dificuldades podem ser superadas com muito trabalho e dedicação de todos os funcionários e colabo-radores da empresa dedicados e comprometidos com a Missão, Visão de Negócio e Valores da Companhia e com o imprescindível apoio dos clientes e do Governo Federal, acionista majoritário da Companhia. A todos, os sinceros agradecimentos da Diretoria.

## Conselho de Administração

José Gerardo Fontelles - Presidente

Ronise Pereira Lopes - Márcio Luiz da Silva Cunha Maria Auxiliadora Domingues de Souza - Wilson Vaz de Araújo

DEC OBED ACIONAIS

2011 (4.798.616) 3.074.515 547.344

(81.134)

(95 920 2.610.563 1.258.658

> 124.383 (66 484)

683,489

3.839

(54.605)

(109.189)

(13.590)

(37,368)

(47.633)

104.096

(516.168)

500.000

(29.190)

(252.111)

83.154

115.018

(10.247)

(357 169)

267.041

(2.101.580)

(424.558 (380.384

946.34 565.95

383 677

383.677

383 677

(1.947.266)

(117.122)

684.502

398 762

(128.858)

(309.457)

1.907

ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	2012	2011
CIRCULANTE	159.675.628	158.734.068	CIRCULANTE	162.679.666	162.118.027
Caixa e Bancos	460.315	25.210	Fornecedores	438.346	460.051
Aplicações Financeiras	1.006	540.747	Obrigações Fiscais (Nota 16)	464.343	238.438
Duplicatas a Receber (Nota 4)	960.706	1.217.996	Salários e Contribuições		
Adiantamentos	37.216	76.008	Previdenciárias	1.440.983	1.160.910
Tributos a Compensar (Nota 6)	9.744	212.576	Obrigações a Terceiros	76.521	66.392
Concessão de			Estoque Produtos de Terceiros (Nota 5)	158.025.148	156.109.942
Direito Real de Uso (Nota 7)	42.663	98.484	Parcelamento		
Outros Créditos e			Lei 11.941/2009 (Nota 17)	266.012	241.361
Valores a Receber (Nota 9)	2.303	2.303	Parcelamento CEMIG (Nota 18)	372.777	116.067
Estoques de Almoxarifado	90.638	176.825	Parcelamento Previdenciário (Nota 20) .	177.416	-
Estoque Produtos de Terceiros (Nota 5)	158.025.148	156.109.942	Parcelamento não		
Despesas Antecipadas	7.696	172.573	Previdenciário (Nota 20)	228.106	-
Ressarcimento de Clientes (Nota 8)	38.193	101.404	(-) Juros a Apropriar (Nota 19)	(100.745)	-
NÃO CIRCULANTE		23.960.536	Provisão p/ Ações Trabalhista/		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.030.402	2.429.154	Cíveis (Nota 21)	486.430	1.820.998
Depósitos Recursais (Nota 10)	135.766	241.790	Acordos Trabalhistas (Nota 21)	800.389	1.900.385
Valores Bloqueados pela			Pensões Judiciais (Nota 21)	3.940	3.482
Justiça (Nota 10)	52.150	1.213.008	NÃO CIRCULANTE	3.695.708	2.471.000
INSS a Compensar (Nota 11)	-	121.757	Acordos Trabalhistas (Nota 21)	-	399.314
Créditos a Compensar c/			Provisão para Ações Cíveis (Nota 21)	798.669	-

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais

 
 Previdenciário (Nota 20)
 170.656

 PATRIMÓNIO LÍQUIDO
 13.115.610
 18.105.578

 Capital Social (Nota 24)
 26.814.711
 26.814.711
 26.814.711

 (-) Prejuízos Acumulados
 (13.699.101)
 (8.709.133)

 TOTAL DO PASSIVO E
 PATRIMÓNIO LÍQUIDO
 179.490.984
 182.694.605
 TOTAL DO ATIVO ..... 179.490.984 182.694.605 s notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

845.445

446.892

(439 738)

21.147.705 148 742 072

845.445

426.232

(429 191)

18.401.277 149.047.154 (130.648.308)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais Lucros (Prejuízos) Capital Social Patrimônio Líquido

	Integranzado	Acumulauos	Consonuado
Saldos em 31/12/2011	26.814.711		
Ajustes de exercícios anteriores a 2012 (Nota 25)		(47.205)	
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2012		(4.942.763)	(4.942.763)
Saldos Finais em 31/12/2012	26.814.711	(13.699.101)	13.115.610
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - Em reais			

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quantecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades
de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como
principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem
como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em
depósitos, na forma do Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001.
Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais
a União, não bayendo gualdure requificação das stividades opera-

para a União, não havendo qualquer modificação das atividades opera-cionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, rcamento e Gestão - MPOG

Örçamento e Gestão - MPOG
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho
Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações,
6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11638/07 e 11941/2009.
As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas
Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil. ntes do Brasil

Independentes do brasil.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 3.1. Ativos circulantes e não circulantes: São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações
monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado

a um ano e amda os investimentos em ativo imobilizado.
3.1.1 Disponibilidades e aplicações financeiras: Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do 3.1.2. Contas a receber: São apresentados pelos respectivos valores

3.1.2. Contas a receber: Sao apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº 9430/96.
3.1.3. Estoques de almoxarifado: Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros: São estoques de mer-

3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros: São estoques de mercadorias de propriedade de terceiros armazenadas na Companhia. 3.1.5. Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº. 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº. 162/98.

3.1.6. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balança. 3.2. Classificação dos passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.
3.2.1. Provisão para contingências: A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base a opinião do Coordenador Jurídico.
3.2.1. Demais passivos circulantes e não circulantes: São demons-

como base a opinião do Coordenador Juridico.

3.2.2. Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correstinados pelos valores conhecidos ou calculáreis pelos pe

pondentes encargos até a data do balanço. 3.3. Apuração do resultado: O resultado das operações sociais é pelo

3.3. Apuração do resultado: O resultado das operações sociais e pelo regime contábil de competência de exercício.
NOTA 4 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante) - O saldo de R\$ 960.706 em 31 de dezembro de 2012 e
R\$ 1.217.996 em 31 de dezembro de 2011 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir: POSICÃO POSICÃO

UNIDADES	LOSIÇAO	LOSIÇAO
ARMAZENADORAS	EM 2012	EM 2011
Alfenas	-	-
Araguari	84.033	22.302
Bonfinópolis	1.533	-
Buritis	70.000	68.947
Capinópolis	120.785	113.290
Centralina	-	16.203
Conceição das Alagoas	38.567	34.951
Frutal	8.486	31.763
Ituiutaba	92.009	153.780
Monte Carmelo	101.677	168.515
Paracatu	65.896	64.846
Passos	-	6.000
Patos de Minas	52.538	22.370
Patrocínio	179.735	114.379
Sacramento	-	6.000
Santa Vitória	5.059	6.144
Tupaciguara	2.741	43.569
Uberaba	32.475	65.774
Uberlândia	105.172	275.579
Unaí	-	3.584
TOTAL	960.706	1.217.996
NOTA & ESTOCIJE DE DE	ODUTOS DE TEDO	EIDOC (Adino

Circulante/Passivo Circulante) - Nesta conta estão contabiliza saldos de estoques de produtos armazenados, de acordo com o Registro de Inventário das Unidades de Armazenagem da Companhia, sendo de R\$ 158.025.147 em 31/12/2012 e R\$ 156.109.942 em 31/12/2011. NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante) - O total de R\$ 9.744 está composto por: R\$ 447 relativo à Imposto de Renda, R\$ 96 de Contribuição Social retidos na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, e IRRF a recuperar de R\$ 9.201 retido sobre rendimentos de aplicações financeiras e rendimen-

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS . 15.937.074 19.690.286

(-) DEDUÇÕES DA REC. DE			
VENDAS DE SERVIÇOS	(1.689.003)	(2.006.084)	
(-) COFINS E PIS NÃO			
CUMULATIVO, ISSON, ICMS	(2.126.515)	(2.542.717)	
(+) CRÉDITOS PIS/COFINS	` ′	` ′	
NÃO CUMULATIVO	437.512	536.633	
RECEITA LIQUIDA DE			
VENDAS DE SERVIÇOS	14.248.071	17.684.202	
	(14.570.029)	(14.655.973)	
LUCRO / PREJUIZO BRUTO	(321.958)	3.028.229	
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS .	(5.815.430)	(7.984.479)	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(4.685.389)	(4.712.551)	
(-) Contingências		,	
Trabalhistas e Cíveis	(1.166.936)	(3.367.848)	
Reversão de Provisões			
Constituídas (Nota 22)	36.895	95.920	
OUTRAS RECEITAS			
(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.578.255	344.115	
Outras Receitas Operacionais	1.617.634	1.550.499	
(-) Outras Despesas			
Operacionais (Nota 23)	(39.378)	(1.206.384)	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			
FINANCEIRAS (Nota 26)	(383.366)	(184.575)	
Receitas financeiras	146.421	413.294	
(-) Despesas Financeiras	(529.787)	(597.869)	
RESULTADO OPERACIONAL	(4.942.499)	(4.796.710)	
OUTROS RESULTADOS	(264)	(1.907)	
(-) Perda na Baixa de Ativo Imobilizado	(264)	(1.907)	
RESULTADO LÍQUIDO DO			
EXERCÍCIO	(4.942.763)	(4.798.616)	
Prejuízo líquido por lote de			
mil ações do capital social	(0,12)	(0,12)	
Quantidade de ações ao			
final do exercício 40.21	2.516.561 4	0.212.516.561	

demonstrações financeiras tos sobre valores bloqueados, os quais serão compensados em tributos

NOTA 7- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo OTICLIAND - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO (AUVO Circulante) - Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 42,662 em 2012 e R\$ 98.484 em 2011. NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante)

As notas explicativas da administração são parte integrante das

Os saldos de R\$ 38.192 em 2012 e R\$ 101.404 em 2011 se referem a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ati-

vo Circulante) - Conforme discriminamos abaixo, o saldo de R\$ 2.303 trata-se de depósito judicial da impugnação de protesto contra fornecedor, que alegou falta de pagamento de obrigações, o processo encontra-se em andamento

encontra-se em andamento.
NOTA 10 - DEPÓSITOS RECURSAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. PRAZO) - O saldo de R\$ 187.916 em
2012 e de R\$ 1.213.008 em 2011 são de valores bloqueados pela
justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub- júdice. Em dezembro de 2012, o saldo compõe-se de: depósitos recursais R\$

Em dezembro de 2012, o saldo compoe-se de: depositos recursais RS 135.766 e valores bloqueados pela justiça RS 52.150.

NOTA 11 - INSS A COMPENSAR (R. L. Prazo) - A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de RS 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito creditório de R\$ 74.552,79 Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferença de R\$ 47.205 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuizos de exercicios anteriores.

NOTA 12 - CRÉDITOS A COMPENSAR - O montante de R\$

NOTA 12 - CREDITOS A COMPENSAR - O montante de R\$
485.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública
de Confissão e Compensação de Débitos reciprocos firmados entre a
Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na
escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG será revertida a
título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto
sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem. Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Fru-

tal, foram ajuizadas pela Companhia as ações cabíveis.
NOTA 13 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM CO-

BRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo) - Os saldos de R\$ 426.232 cm 2012 e de R\$ 446.892 cm 2011, decorrem de valores a receber rela-tivos aos clientes em cobrança judicial. Em 2012, foi realizado um acordo com cliente homologado em 03/05/2012 e baixa em 31/12 de quatro clientes que estavam em processo de cobrança judicial, conforme orientado na Comunicação Interna ASJUR 007/2013 (NOTA 14).

me orientado na Comunicação Interna ASJUR 001/2013 (NOLI AL).
NOTA 14 - PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. Prazo) - Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº. 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber registradas em conta de "Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial".

Em 2012, ocorreram reversões de baixa de: R\$ 1.947 referente acordo

firmado com cliente; R\$ 18.713 proveniente da extinção de quatro processos judiciais, informados através da CI ASJUR 007/2013 de 25/02/2013. Foram provisionadas no exercício perdas de R\$ 10.113 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2010, totalizando o saldo de R\$ 429.191.

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012
Prejuízo do exercício	(4.942.763)
Aumentos(diminuições) dos itens que	
não afetam o caixa Depreciação	3.055.620
Despesas juros	(10.200)
Receitas juros	(10.308)
Perda do imobilizado	264
Perda no Recebimento de Créditos	(26 905)
Reversão de provisões de créditos Provisão para contingências	(36.895)
Prejuízo de exercício ajustado	(1.934.082)
Variações ATIVO	(1.754.002)
Aumento (Diminuição) de	
Duplicatas a Receber	257.290
Aumento (Diminuição) de	
Concessão Direito Real de Uso	55.822
Aumento (Diminuição) da	
Desapropriação de Imóveis	-
Aumento (Diminuição)	
Despesas Antecipadas	164.877
Aumento (Diminuição)	(2.210
Ressarcimento Clientes	63.210
Aumento (Diminuição)	86.187
Estoque de Almoxarifado Aumento (Diminuição)	80.187
Tributos a compensar	202.832
Aumento (Diminuição)	202.032
de Adiantamentos	38.793
Aumento (Diminuição)	
outras contas a receber	-
Aumento (Diminuição)	
Depósitos Recursais	106.024
Aumento (Diminuição)	
de INSS a Compensar	121.757
Aumento (Diminuição)	1 1 (0 0 57
Valores Bloqueados	1.160.857
Aumento (Diminuição) Duplicatas a receber em cobrança judicial	20.658
Aumento (Diminuição)	20.038
Prefeitura Muriaé	_
Aumento (Diminuição)	
Prefeitura Frutal	_
Aumento (Diminuição) de	
provisão de perdas	(10.546)
Total	2.267.761
Variações PASSIVO	
Aumento (Diminuição) de	(24 50 4)
Fornecedores	(21.704)
Aumento (Diminuição) de	225.905
Obrigações Fiscais	223.903
Salários e Contribuições Sociais	280.072
Aumento (Diminuição) de	200.072
Obrigações a Terceiros	10.129
Aumento (Diminuição) do	
Parcelamento CEMIG (CP/LP)	546.094
Aumento (Diminuição) Provisão	
Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(1.175.013)
Aumento (Diminuição) de	
Acordos Trabalhistas	(1.499.311)
Aumento (Diminuição) de	

565.957 461.321 Caixa no fim do período . . As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisições do Ativo Imobilizado . (Diminuição) líquida de Caixa . . . Caixa no início do período . . . . .

Previdenciário (CP/LP) . .

inuição) Parcelamento da 

Provisão p/ Perdas no Recebimento de Créditos	
Sado Inicial	439.738
Baixa de recebimento	(20.660)
Provisão para perdas em 2012	10.113
Saldo Final	429.191

NOTA 15 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante

	Taxa anual depreciação	2012	2011
Terrenos	,	602.172	602.172
Edificações	4%	8.991.702	8.974.278
Máquinas e Equipamentos	10%	47.249.388	47.245.708
Móveis e Utensílios	10%	1.846.282	1.840.586
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.293.460	89.293.460
Obras em andamento		293.920	14.224
Direitos de Propriedade		-	-
Equipamentos de Informática	20%	562.026	561.010
		149.049.583	148.742.072
<ul><li>(-) Depreciação Acumulada</li></ul>		(130.648.307)	(127.594.367)
TOTAL IMOBILIZADO		18.401.276	21.147.705
INTERNICISTEE			

TOTAL INTANGÍVEL

Pág. 02/02 CASEMG

Imposto s/ Servico Oualquer

Imposto s/ Circulação de

lândia.

Principais alterações no Imobilizado em 2012: baixas de bens móveis

obsoletos e inservíveis, cujo resultado líquido, está apresentado na

Demonstração de Resultado pela perda de R\$ 264; adição em edifi-

cações de R\$ 17.424 referente ao encerramento da obra de adequação

Na conta "obras em andamento" estão registrados os valores de 8 (oi-

to) parcelas pagas no total de R\$ 293,920 referente ao processo de

aquisição e montagem do elevador do Silo 01 da Unidade de Uber-

Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se

à provisão de impostos da competência de outubro a dezembro/2012 a

O valor do IPTU de R\$ 25,244 dos exercícios de 2010 a 2012 e parte

do ISSON de R\$ 70.085 relativos aos exercícios de 2005 a 2012, refe-

rem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura

de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos

NOTA 17 - PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009 ( Passivo

Circulante e Não Circulante) - Esta conta é composta por débitos de

INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000

incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcelada em cento e vinte (120)

meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil-

RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada

com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os

(-) Pagamento de parcelas no exercício . . . . (251.289) (220.920)

Saldo devedor do parcelamento . . . . . . . 2.195.924 2.313.047

Exigível em Longo Prazo 1.929.913 2.071.686
Total 2.195.924 2.313.047

NOTA 18 - PARCELAMENTO CEMIG (Passivo Circulante e Não

Circulante) - O saldo de R\$ 662,161 em 2012 se refere a 21 (vinte e

uma) parcelas restantes de R\$ 31.531 dos contratos de parcelamentos

de números: 8008224894; 59195917 e 8008214903 acordados com a

-) Pagamentos de parcelas no exercício . . . . . . . . . (145.608)

CEMIG em 14/09/2012, conforme demonstramos a seguir:

saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Dividido em:

pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (Passivo Circulante)

IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos .. 348.099

Mercadorias - ICMS . . . . . . . . . . . . . . . . . 2.100 

da subestação de energia na Unidade de Ituiutaba.

## Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG

CNPJ: 17.186.370/0001-68

de R\$ 100.745 em 2012 é referente à apropriação de juros sobre as 21 (vinte e uma) parcelas restantes do parcelamento acordado em 14/09/2012 com a CEMIG (Nota 18) que serão pagos até setembro de NOTA 20 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E NÃO

PREVIDENCIÁRIOS (Passivo Circulante e Não Circulante) - O saldo de R\$ 1 083 262 é composto pelos seguintes parcelamentos:

NOTA 19 - JUROS A APROPRIAR (Passivo Circulante) - O saldo

ndo de 1.035.202 e composto pelos seguintes pareciamentos.				
	Não Previ-	Previ-		
	denciários	denciários		
vivida Consolidada	450.359	704.733		
) Pagamentos de parcelas no exercício	(58.174)	(25.062)		
propriação de juros Selic	6.576	4.830		
aldo devedor do parcelamento	398.761	684.501		
ividido em:				
assivo Circulante	228.105	177.416		
xigível em Longo Prazo	170.656	507.085		
OTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHIS-				

TAS / CÍVEIS/ACORDOS TRABALHISTAS (Passivo Circulante e Não Circulante) A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 1,285,098. sendo: R\$ 157.430 de contingências trabalhistas em curto prazo e R\$

1.127.668 de ações cíveis, divididos em R\$ 329.000 em curto prazo e R\$ 798.668 em longo prazo. Também estão registrados no Passivo Circulante os saldos remanescentes de acordos trabalhistas firmados em 2012 no valor de R\$ 800,388. NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (Re-

dutora de Despesas Administrativas) - O saldo em 2012 de R\$ 36.895 refere-se à reversão de provisão de contingências trabalhistas. conforme informado através de relatório técnico da Assessoria Jurídica NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de

Resultado) - O saldo registrado em 2012 de R\$ 39.378 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo as de maior relevância: Perdas no recebimento de créditos de R\$ 10.113 sobre os débitos vencidos até 31/12/2010 e Pis/Cofins de R\$ 29.243 sobre as receitas oriundas de Concessão de Direito Real de Uso. 2011 PIS/COFINS sobre demais receitas . . . . . . . 29.243

Indenização a clientes				
NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL - Em dezembro	de 201	2, o capital		
social de R\$ 26.814.711, é formado por 94,87% em ações ordinárias e				
5.12% em ações preferenciais sem valor nomina	al, cuia o	composição		

Perdas no recebimento de créditos . . . . . . . . . 10.113 1.018.798

acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - Em 2012, houve ajustes de exercícios anteriores no período de R\$ 47.205. A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de R\$ 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito credi-

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

15.662

2011

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício

findo em 31 de dezembro de 2012. Tendo por base o Parecer dos Auditores Independentes, STAFF AU-DITORIA E ASSESSORIA EPP, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembleia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, ressalvadas as recomendações que foram efetuadas pelo COFINS, nas Atas 143ª e 144a, realizadas nos dias 30 de janeiro e 28 de fevereiro de 2013, respectivamente, cujos atos praticados pelos gestores, à época dos fatos, poderão impactar negativamente na situação patrimonial e econômico financeira da empresa.

Belo Horizonte, 20 de março de 2013.

CLÁUDIO CAVA CORRÊA - Conselheiro MANUEL VITORINO SOUSA NETO - Conselheiro RODRIGO DUARTE DOURADO - Conselheiro RICARDO CARDOSO ALVES MEIRELLES - Conselheiro FERNANDO DE CASTRO SANTOS - Conselheiro

tório de R\$ 74.552.79. Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferenca de R\$ 47.205 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuízos de exercícios NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS - Os saldos

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo: 2012 2011

Despesas Financeiras	(529.787)	(597.869)	
Juros pagos ou incorridos	205.821	554.102	
Multas dedutíveis e indedutíveis	304.489	23.268	
Comissões, despesas bancárias e outras	19.477	20.500	
Receitas Financeiras	146.421	413.294	
Taxa de Permanência	104.846	157.937	
Apropriação de juros e multas	35.689	81.134	
Renda de aplicação financeira	5.886	104.975	
Variação Monetária Ativa		69.248	
Total	(383,366)	(184.576)	

R\$ 134.166 sobre a divida da Lei 11.941/2009; R\$ 21.064 dos contratos de parcelamentos com fornecedor; R\$ 9.338 do Parcelamento Previdenciário e R\$ 5.756 do Parcelamento Não Previdenciário. E ainda, os juros sobre pagamentos em atraso de fornecedores e impostos no decorrer do ano.

Em 2012, os juros contabilizados decorrem de Parcelamentos, sendo:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

As multas contabilizadas são oriundas principalmente dos Parce-

lamentos Previdenciários: R\$ 115.898 e Não Previdenciários: R\$ 75.884 e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atra-

NOTA 27 - DOS RESULTADOS - Em 2012 causou impacto negativo no Resultado do Exercício principalmente o montante de R\$ 1.130.041, sendo: R\$ 1.166.936 proveniente de contingências traba-

lhistas e cíveis menos a reversão de provisão de contingências: R\$ 36.895 (nota 19) registradas nas Despesas Administrativas, e ainda as despesas com depreciação de R\$ 3.055.620 registradas em Custos Operacionais e Despesas Administrativas. NOTA 28 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS - Os valores da

maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.744 e R\$ 5.300 respectivamente, e dos empregados são R\$ 9.357 e R\$ 622, respectivamente.

Márcio Luiz da Silva Cunha Diretor -Presidente Técnico Operacional Edson de Jesus dos Santos Diretor Administrativo Flávio Luiz Rodrigues Diretor Financeiro

> Contador (a): Marcely Aparecida da Silva CRC: MG: 087817/O -3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores e Administradores da

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE

ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS -CASEMG, que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Base para opinião com ressalva: A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), bem como a determinação

das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida

útil remanescente, conforme descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adocão do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis anteriormente

referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMA-ZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 27 às demonstrações contábeis, onde as contingências trabalhistas e cíveis causaram grande impacto no resultado negativo do exercício e também em virtude de prejuízos ocorridos em execícios anteriores a 2012. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Tal condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacio-

Campinas, 07 de março de 2013.



nal da empresa.

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA CTCRC1SP242826/O-3 Sócio Responsável